

PUCViva

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

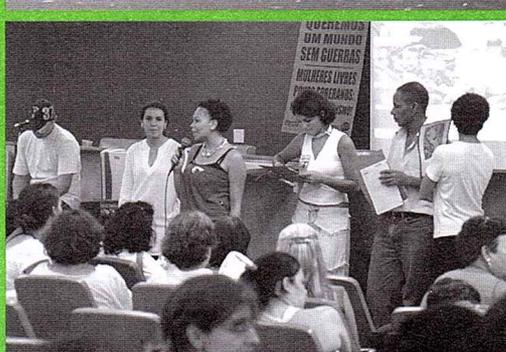
LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO

A POSIÇÃO DA
APROPUC
SOBRE A
POLÊMICA DOS
CURRÍCULOS LATTES

FOTOS DE JULIA CHEQUER E FABIO NASSIF



20 mil protestam contra Bush na Marcha das Mulheres



No alto, a multidão que tomou a Avenida Paulista, repudiando o presidente Bush; ao centro, dois momentos da violência com que a polícia de José Serra reprimiu a manifestação; na parte inferior, à esquerda, o debate Mulheres e Imperialismo; à direita, o evento organizado pela Faculdade de Serviço Social

O presidente norte-americano George W. Bush chegou ao Brasil para discutir com Lula a questão do biocombustível e das “más companhias” latino-americanas. A recepção foi de gala, incluindo o bloqueio de vias importantes da cidade. E desta vez não pelos manifestantes, mas pelo Exército Brasileiro e pela Polícia Militar paulista, para garantir a segurança de Bush. Ainda assim, o 8 de Março das mulheres levou mais de 20 mil pessoas – segundo dados da organização do ato – à Avenida Paulista para engrossar a frente de luta feminista com uma pitada a mais de protesto: o “Fora Bush”.

A manifestação transcorreu tranqüila até a chegada de boa parte dos manifestantes ao Masp. Nesse momento, alguns deles tentaram se dirigir à pista da esquerda, que se encontrava congestionada, e a polícia partiu para a agressão. Os militantes rechaçaram com paus e pedras e a polícia usou bombas de efeito moral, balas de borracha e spray de pimenta, causando o desmaio de diversas pessoas, a mutilação das pernas de uma senhora e de uma jovem, além do sufocamento de um manifestante alérgico aos gases. Mesmo assim, horas depois, o ato seguiu com força e restabeleceu seu lugar na avenida até a dispersão.

Da PUC-SP, partiram dois ônibus cheios, além das pessoas que foram por conta própria. Estudantes, professores e funcionários foram ao ato e passaram suas mensagens. O Centro Acadêmico Benevides Paixão exibiu duas faixas, uma denunciando a mídia machista e pedindo o fim do monopólio das comunicações e a outra contra o imperialismo. Cacs, 22 de Agosto, CA Psico, Cafil, CA de Letras e Cass também marcaram presença com baterias e faixas.

Já na quarta-feira, 7/3, uma palestra com o tema Mulheres e Imperialismo reuniu estudantes na sala 239. Na noite de quinta, a Faculdade de Serviço Social organizou um painel em que foram debatidos temas ligados ao cotidiano das mulheres, como saúde, violência, trabalho e mitos familiares, além do significado do 8 de Março.

EDITORIAL

Bush no Brasil: Antiamericanismo de Lula?

A recepção do governo ao presidente dos EUA é entusiasta e fantástica.

Entusiasta: o Brasil será o grande parceiro dos EUA na produção e comercialização do etanol. Somente o protecionismo aos produtores norte-americanos é empecilho.

Fantástica: comitiva com 60 carros; pelotões militares em 35 pontos da cidade; ruas entupetadas por 1.200 soldados; centenas de policiais espalhados por toda parte; despejo de moradores de rua nas imediações do Hilton Hotel; proibição dos catadores de rua de tráfegarem; violência policial contra a manifestação na Av. Paulista.

Um disfarce de Lula: crítica à taxação do etanol e rejeição do propósito de Bush de afastar o Brasil de Hugo Chávez.

Lula e petistas querem demonstrar que não há antiamericanismo, como qualificou o ex-embaixador Roberto Abdenur. Com esse intuito, Aloizio Mercadante destacou-se para dar as boas vindas a George W. Bush. Sua bandeira de amizade: "... a política externa brasileira não é e jamais poderia ser antiamericana, ela terá de ser sempre pró-Brasil".

O sofisma é desfeito logo abaixo de seu artigo, publicado n' *O Estado de São Paulo* de 9/3: clara dependência econômica frente aos EUA. A "Política Externa do Governo Lula" – título do artigo – não tem como ser independente dos ditames dos EUA. Bush vem ao Brasil com a bandeira do etanol e não o contrário. São os interesses das multinacionais e do capital financeiro que se sobrepõem e sobreporão a qualquer acordo comercial.

O orgulho pequeno-burguês de ser pró-Brasil pára na soleira das multinacionais e esvai-se em sorriso amarelo.

Diz Mercadante que o que une os EUA e Brasil são interesses comuns. Exemplifica: "Entre tais interesses podemos destacar a luta contra o narcotráfico e o terrorismo, a proteção das florestas tropicais e das espécies ameaçadas, o combate à pirataria e a cooperação na área agrícola". Quem não vê que todos esses pontos são do interesse particular dos EUA? O Brasil, como o resto dos países semicoloniais, não faz senão seguir essa "agenda" imposta pelas potências, tendo à frente os EUA.

Vejamos: o narcotráfico é uma forma econômica do capitalismo, em que os EUA são os maiores consumidores; o terrorismo é, no caso, expressão da opressão sofrida por nacionalidades e povos pelas potências; proteção das florestas tropicais é uma bandeira dos países industrializados que saquearam e saqueiam a natureza; combate à pirataria é uma exigência das multinacionais, que praticam o preço monopolista (notem a gravidade do caso da indústria farmacêutica); cooperação agrícola é uma piada, pois os EUA e Europa riem do espreiteio do Brasil em favor do fim do protecionismo.

Bush vem ao Brasil e em seguida vai ao Uruguai para dar um golpe de misericórdia no moribundo Mercosul. Lula corre à frente oferecendo algumas concessões ao governo de Tabaré, da Frente Ampla.

Bush vem ao Brasil não como "parceiro", mas como chefe de uma potência que enfrenta uma tremenda crise e que precisa manter alinhadas as nações em torno de sua política. Bush vem ao Brasil não porque tendências econômicas confluem para acordos entre iguais, mas porque despontam no horizonte disputas mais acirradas entre as potências e entre estas e as nações semicoloniais.

Esse é o retrato da relação de dominação que os EUA comandam em toda parte.

É preciso que se observe e se entenda que a crise do capitalismo tem obrigado os EUA a retomar a corrida armamentista. Oriente Médio, China e Rússia se despontam como *iceberg* da crise. Na América Latina, o nacionalismo de Chávez, embora não afete os interesses gerais das multinacionais em grande escala, o pouco que afeta, principalmente na área petrolífera, é inaceitável para o imperialismo. Também vemos o armamentismo ser potencializado em nosso continente.

A viagem de Bush representa intervencionismo. Os analistas querem que acreditemos que os EUA estão corrigindo o erro de ter marginalizado a América Latina de sua política e que agora retomam como valorização das relações históricas no hemisfério. Falso! É a necessidade de intervencionismo que traz Bush aqui.

A manifestação, reprimida pelo governo estadual e federal, levantou alto a bandeira do "Fora Bush".

Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.



Acima, a mesa do evento, com os professores Hamilton Octavio de Souza, Alexandra Geraldini e José Arbex Jr.; no destaque, o aplauso final da platéia

Aula magna lota o Tuca

Convidado pelo Conselho Departamental e pela direção da Comfil, o professor José Arbex Jr., do Departamento de Jornalismo, profereu na noite de 5/3 a aula magna da faculdade, sobre o tema *Conhecimento, Trabalho e Transformação Social*, com a presença maciça de estudantes e professores no Tuca.

Formado em Jornalismo e História, Arbex discorreu sobre a criação das primeiras universidades, a concepção de autonomia universitária, a necessária independência do Estado e da religião, a fundação da USP em 1934 e a situação atual da universidade brasileira – distorcida pela influência do neoliberalismo e distante da busca do conhecimento autônomo para o conjunto da sociedade.

Arbex afirmou: "sinto orgulho de ser professor na

PUC de Paulo Freire, Florestan Fernandes, Perseu Abramo, Maurício Tragtenberg e tantos outros que dedicaram a vida juntando o saber com a transformação social, mas não concordo com a PUC que faz sindicância contra estudantes, exclui bolsistas e quem não pode pagar".

Antes de concluir a aula, o professor abriu a palavra para quem quisesse se manifestar. Vários alunos da PUC-SP fizeram críticas à Reitoria e relataram situações de opressão e perseguição política dentro do câmpus. A atividade foi presidida pela professora Alexandra Geraldini, diretora da Comfil, e contou com a participação do chefe do Departamento de Jornalismo, professor Hamilton Octavio de Souza.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:**

www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Sub-editor: Leandro Divera

Reportagem: Jaqueline Nikiforos e Pedro Nogueira

Fotografia: Fábio Nassif e Julia Chequer

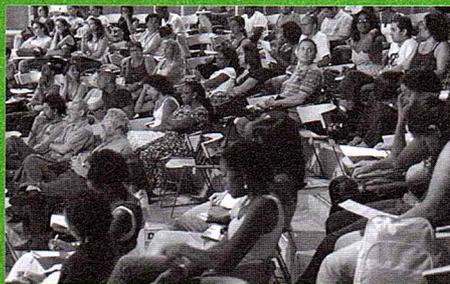
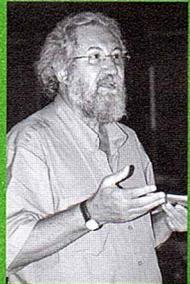
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Com o tema *O Negro no Brasil e a luta contra a discriminação racial*, a Revista *PUCviva* teve seu 28.º número lançado na quarta-feira, 7/3, no Tuca-rena. Num evento recheado de discussões sobre a História e a condição atual dos negros no Brasil, não faltaram também demonstrações da força da cultura negra, com a apresentação de dança e ritmos africanos.

Houve um primeiro debate no período da manhã, e outro mais extenso à noite. O segundo encontro foi aberto pela Associação Cachuera, que apresentou jongos e cantigas africanas. Logo em seguida, uma palestra com os professores Maria Antonietta Antonacci, do Departamento de História da PUC-SP, Luís Carlos dos Santos, do Museu AfroBrasil e Paulo Dias, da Associação Cachuera, aprofundou a discussão sobre o tema abordado na publicação.

Muito foi falado sobre a imagem feita do negro em diversos âmbitos da sociedade brasileira. Luís Carlos dos Santos falou sobre o empenho da mídia, principalmente meios impressos e telenovelas, em pregar valores negativos e deturpadores associados à imagem do negro no país. Relatou também algumas experiências vergonhosas pelas

quais passou, como num recente seminário sobre o negro e a África, promovido pelo Itamaraty. No meio da atividade, o senador Marcelo Crivella adentrou o espaço sendo apresentado como “o brasileiro mais conhecido na África” e discorreu durante 45 minutos sobre sua “missão evangelizadora no con-



Acima o jongo da Associação Cachuera; ao centro, o professor Erson Martins, diretor da APROPUC apresenta à platéia a revista *PUCviva*; abaixo a mesa com os professores Luiz Carlos dos Santos, Paulo Dias e Maria Antonietta Antonacci

PUBLICAÇÃO

Jongos, cantigas e debates marcam lançamento da Revista *PUCviva*

FOTOS DE JULIA CHEQUERI E FABIO MASSI

tinente”. “Não se pode confiar em quem tem a força das armas. Você tem que jogar com ele”, lembrou Luís Carlos, referenciando um antigo ditado capoeirista.

Paulo Dias falou sobre a crescente apropriação de manifestações culturais negras pela classe média branca. Ele usou como exemplo o maracatu, que hoje é tocado a torto e a direito, ao passo que o negro não tem espaço para se apropriar da cultura tida como erudita, que é a cultura branca. “Existe uma grande questão aí: é a relação de mão única que existe neste aspecto”.

Eurocentrismo

Pela manhã, no anfiteatro do Tuca, uma palestra levantou outras questões polêmicas sobre o negro no Brasil. A professora Maria Antonietta Antonacci, coordenadora do Centro de Estudos Africanos e da Diáspora, discutiu as características do eurocentrismo, que hoje são consideradas de maneira universal, deixando em

segundo plano as culturas de tradição oral.

O professor Enio José Brito, do Departamento de Teologia, defendeu a tese de que a superação do racismo no país passa pela reconstrução do imaginário coletivo brasileiro. Nirlene Nepomuceno encerrou as exposições apresentando testemunhos de oralidade da cultura africana.

Resultados sobre a fraude do Currículo Lattes

A Comissão de Sindicância e a Reitoria amenizam a situação dos acusados e transformam o acusador em acusado

Publicamos neste *PUCviva* o resultado da Comissão responsável pela apuração das denúncias de falsificações do Currículo Lattes apresentadas à Reitoria pelo professor Luiz Carlos Campos contra os professores Luis Carlos Petry e Sérgio Bairon Blanco Sant'Ana. O resultado indica que as acusações se confirmaram: houve fraude. No entanto, assombra-nos o fato de a Comissão procurar tornar o acusador em acusado.

O professor Luiz Carlos Campos, diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, identificou violação do Lattes e recorreu às instâncias da universidade, a começar pela Reitoria, para que houvesse apuração e, no final das contas, saiu como culpado. Se há uma acusação, os responsáveis pela apuração devem se ater a ela. Caso se verificasse a inocência dos acusados, então o acusador passaria a ser responsabilizado em um novo processo.

A sindicância foi aberta em torno de um dossiê contra os professores Luis Carlos Petry e Sérgio Bairon Blanco Sant'Ana. Se a Reitoria – ou os denunciados – pretendesse imputar qualquer culpa ou responsabilidade ao professor Luiz Carlos Campos, deveria apresentar um dossiê, para que as instâncias da universidade instituíssem uma nova Comissão. Fugindo a esse procedimento, a Comissão perdeu a imparcialidade. É visível a tentativa de obscurecer os atos praticados pelos acusados e amenizá-los, tipificando caracterizações.

Estamos diante de irregularidades que a universidade não pode aceitar, não só pelo que valem em si ética e moralmente, mas também porque abrem caminho para toda sorte de arbitrariedade do poder.

O relatório e o parecer final deixam clara a responsabilidade dos acusados e a veracidade das acusações, como também deixam clara a tentativa de desvirtuá-las.

Primeiro porque as acusações sobre a falsificação de seus próprios currículos foram quase todas comprovadas pelos meios normais (documentos, atestados, depoimentos etc).

Segundo porque os próprios acusados admitiram – em seus depoimentos – que as informações constantes em seus currículos não correspondiam à verdade dos fatos.

E terceiro porque tais informações de adulteração dos currículos não passaram

Confirmadas as fraudes

Na edição do *PUCviva* de 25/9/2006, publicamos a matéria “Denunciadas irregularidades nos Currículos Lattes de professores”. A reação de setores da universidade foi imediata: acusaram a diretoria da APROPUC de não cumprir a sua função de defender os professores.

No Conselho Universitário, vozes se levantaram contra os prejuízos à imagem da PUC-SP e contra a disputa entre professores. As páginas do *PUCviva* receberam artigos de contestação e crítica, a exemplo do texto da professora Lúcia Santaella.

Tomemos uma passagem de Santaella: “a denúncia recentemente sofrida pelos professores Sergio Bairon e Luiz Carlos Petry, inclusive publicadas no *PUCviva* (25/09/2006) e no jornal *O Estado de S. Paulo* (27/09/2006), constitui-se, a meu ver, numa das maiores aberrações e brutalidades que imerecidamente a vida intelectual e produtiva de um pesquisador pode sofrer”.

Pois bem, a comprovação da veracidade das acusações é o que se deve contar, no final das contas. A APROPUC não objetivou e nem concretamente jogou professores contra professores. O resultado, que analisamos no texto publicado ao lado, evidenciou divisões internas no poder da

universidade, que jamais a APROPUC poderia criar e cuja disputa em nenhum momento seria por nós incentivada.

Prejudicar a imagem da PUC? Não são as denúncias verdadeiras que maculam a instituição, mas sim as fraudes e o jogo político para acobertar os acontecimentos negativos.

Enlamear e prejudicar a vida de pesquisadores, falso argumento? O que enlameia é a fraude e seus fins pessoais.

Se a APROPUC não publicasse a denúncia, resguardando o direito de resposta aos acusados, que se negaram a fazê-lo naquele momento, hoje compareceria como conivente. Pior ainda: não poderia entrar no mérito do relatório/parecer da Comissão e do ato da Reitoria.

É fundamental que os professores vejam que o compromisso da APROPUC é com os fatos, onde reside a verdade, e não com o interesse deste ou daquele grupo que compõe o poder da universidade.

Ao lerem nossa crítica ao relatório/parecer da Comissão e o ato da Reitoria, logo os professores verão que estamos diante do problema da verdade e da meia-verdade, que como tal é a pior das inverdades.

Diretoria da APROPUC

desapercebidas pelos acusados, tanto é que tais informações constaram de outros documentos utilizados por eles e foram usadas para proporcionar benefícios pessoais, inclusive bolsas e remuneração de horas-pesquisa.

Apesar de todas as evidências de que tais falsificações (como incluir cursos superiores e pós-doutorado sem comprovação – todas negadas pelas instituições citadas; ou considerar autoria de livros quando, na verdade, se tratava de serviço de multimídia) foram feitas de forma consciente e deliberada, a Comissão de Sindicância procurou retirar dos acusados a responsabilidade direta pelos atos praticados.

Como se estivesse tratando com pessoas que não soubessem o que estavam

praticando e como se não conhecessem seus interesses particulares em jogo, a Comissão de Sindicância registrou a ação deles como sendo “introdução equivocada de informações”, “certa despreocupação”, “parece ter havido imperícia...”, “incoreção esta...”, “houve descuido e informalidade com o registro...”, de tal maneira que foram praticamente absolvidos por seus atos. Ao professor Petry foi sugerida a **PENA DE ADVERTÊNCIA** – e nada mais do que isso.

Da mesma maneira, a Comissão de Sindicância constatou “erro” no preenchimento do Currículo Lattes do professor Bairon. Em vários documentos

continua na próxima página

entregues por ele à PUC-SP constavam uma graduação em Psicologia (Unisinos) não cursada, um mestrado em História (USP) também não cursado e um pós-doutorado na Alemanha sem registro na instituição. As informações foram classificadas como “erros” e “inexatidões” nas versões do *Lattes*. Para ele, a Comissão recomendou a **PENA DE SUSPENSÃO POR 30 DIAS**.

Já para o professor Luiz Carlos Campos, que não era acusado, saiu com acusações precisas. A Comissão de Sindicância foi bem rígida e categórica: ele foi acusado de injuriar docentes numa entrevista para a Rede TV!; teria criado dificuldades para a instalação do curso de pós-graduação de Tecnologias da Inteligência e Design Digital; teria prejudicado o “Núcleo de Pesquisa em Games”; teria se envolvido em desentendimento na indicação de um professor para a disciplina Sistema de Hipermídia; teria prejudicado a imagem da instituição com a divulgação dos fatos; e teria encaminhado documentos à Fapesp e ao CNPq sobre os currículos falsificados. Para ele, a Comissão “concluiu pela necessidade de instauração de **PROCESSO ADMINISTRATIVO** disciplinar...”.

Ao qualificar o acusador como irresponsável no mesmo processo em que se apuram suas denúncias, faz-se amálgamas de problemas distintos e, com isso, amenizam-se os atos fraudulentos dos acusados. Esse método não é compatível com a verdade e com a justiça.

Sabemos que há forte disputa política no câmpus Marquês de Paranaguá, e que as acusações fazem parte dela. É evidente que a disputa afeta as relações com a Reitoria. Por isso mesmo, a denúncia de fraudes não pode ser investigada sob a influência das dissensões.

Fica evidenciado na documentação da sindicância que a maior parte das acusações contra o professor Luiz Carlos Campos não tem nada a ver com o caso dos

currículos falsificados. Está relacionada com disputas internas e divergências políticas no câmpus da Marquês de Paranaguá e da Reitoria contra ele. Outras acusações têm a ver com a própria função exercida pelo professor, o qual, na condição de diretor de uma unidade acadêmico-administrativa, tem a obrigação de zelar pela idoneidade da instituição. E outras estão relacionadas com a própria demora da Reitoria para instaurar a comissão sindicante (mais de um mês entre a entrega dos documentos de denúncia e o ato de nomeação da Comissão de Sindicância). Não é de se estranhar que o autor da denúncia, ao suspeitar que o assunto poderia ficar “congelado”, decidiu informar a imprensa sobre os fatos.

Foi nesse sentido que o professor Luiz Carlos Campos procurou a APROPUC e solicitou que houvesse divulgação de suas denúncias. Em matéria de 25/9/2006, o *PUCviva* relatou os acontecimentos, esperando que houvesse apuração de responsabilidade. Se as acusações não se confirmassem, então estaria caracterizado crime de difamação. Mas a Comissão não fez nenhuma acusação, nesse sentido, contra o diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. Assim, verificamos distorções que dizem respeito à política.

O Ato da Reitoria 03/2007, que instaura o Processo Administrativo “para apuração e caracterização de faltas disciplinares, supostamente cometidas por professores lotados no Centro de Ciências Exatas e Tecnologia” (notamos que o objeto já foi totalmente modificado e não tem mais nada a ver com o fato original, que foi a falsificação dos currículos), segue a mesma linha política adotada na farsa da Comissão de Sindicância: trata o caso do professor Petry como sendo “inobservância de normas sobre o preenchimento do Curriculum Vitae”, e “descuido e informalidade no registro das informações”; trata o caso do professor Bairon como sendo “inobservância de normas...”, “o professor ter-se-ia atri-

buído formações superiores que não possui...”, “dado incorreto sobre seu contrato de trabalho...”, “negligência ao permitir que terceiros se utilizassem de sua senha...”, “reprodução de dados incorretos do *CV-Lattes* em outros documentos...”; e trata o “caso” do professor Luiz Carlos como sendo de “divulgação de dados...”, “condução de inquérito privado para subsidiar a denúncia...”, “implicação em episódio desabonador para a universidade em visita da Rede TV! ao câmpus CCET”, “obstaculização à instalação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Tecnologias da Inteligência...”, “má gestão da crise instalada no CCET...”, “exposição pública negativa do nome da universidade”, “inobservância das normas internas”.

Assim, no próprio ato de abertura do Processo Administrativo, a Reitoria reafirma os dois pesos e as duas medidas com que vem tratando esse caso desde o começo: procura proteger os professores denunciados pela falsificação de seus currículos, o que ficou evidenciado na Comissão de Sindicância, e atacar a figura do denunciante, arrolando contra ele acusações de natureza política e administrativa – fruto das disputas entre grupos que se digladiam na universidade.

A APROPUC não entra no mérito das disputas políticas no seio da instituição, que contextualizam as acusações, o relatório da Comissão e o Ato da Reitoria, mas crítica a não observância do método de apuração e o resultado final. É visível o caráter político-punitivo do Ato da Reitoria contra o professor Luiz Carlos Campos.

As denúncias de perseguição na PUC-SP vêm crescendo. O ponto de partida para barrar sua escalada é colocar todo ato arbitrário e repressivo às claras. É assim que docentes, funcionários e estudantes defenderão a democracia universitária. É com esse objetivo que denunciemos o resultado da Comissão e o Ato da Reitoria. É importante que a comunidade universitária reaja em nome da verdade.

Diretoria da APROPUC

Assembléia dos Professores

21/3 - Quarta-feira
Sede da APROPUC - 18h

Acordo interno
Reajustes não pagos

Mídia - Processo Penal - Julgamentos Precoces

Eduardo Samol Fonseca

No Estado Democrático de Direito é livre a veiculação de notícias e opiniões que guardem relação com o interesse público. Assim prevê o artigo 220 *caput* da nossa Carta Maior. Essas notícias, geralmente difundidas na grande imprensa – jornal, rádio e TV –, variam de temas e assuntos. Às vezes, são exacerbadas de bestialidades, como as grandes festas promovidas para cachorros ou, quando não, os veículos exibem o quanto as *socialites* esbanjam na compra de vestidos franceses. Soa um tanto quanto estranho, num país que tem o pior índice de distribuição de renda do mundo; porém, tais caprichos corriqueiramente não se cansam de repetir.

Entretanto, não é só de bestialidade que vive a humanidade. Muito pelo contrário, reiteradamente são exibidos noticiários polêmicos – *como supostas práticas de delitos, sejam grandes ou de leve potencial ofensivo* – que geralmente tomam repercussões maiores do que o esperado. Afinal, o que dá Ibope são manchas de sangue.

Desta forma nos ensinaram a pensar e, com isso, contentam-se os diretores e donos da “Grande Imprensa”.

Dia-a-dia, estampa-se apenas mais um rosto de outro sus-

peito envolvido na morte de outras tantas vítimas e, assim, abre-se margem a mais outra aventura jornalística, qual seja, perseguir o local, o objeto e os detalhes do crime, o andamento das investigações, a cara dos suspeitos e suas respectivas fichas criminais.

Acredito que, para ingressar na carreira jornalística, é requisito indispensável uma narrativa polêmica, acompanhada de um bom curso técnico de perícia. Digo isso porque, antes do órgão competente (IML) concluir um laudo oficial de exame toxicológico ou qualquer outro similar, os nossos aventureiros já anunciam de antemão as “verdades” e, para tanto, sequer observam os prejuízos que podem causar aos indiciados com seus julgamentos precoces.

O saudoso jurista italiano FRANCISCO CARNELUTTI, em poucas e precisas palavras, explica a grande dificuldade que decorre da escancarada invasão da mídia na perseguição do processo:

“A publicidade do processo penal, a qual corresponde não somente à idéia do controle popular sobre o modo de administrar a Justiça, mas ainda, e mais profundamente, ao seu valor educativo, está infelizmente degenerada em um motivo de desordem. Não tanto o público que enche os tribunais do inve-

rossímil, mas a invasão da imprensa, que precede e persegue o processo com imprudente indiscrição e não de raro descaramento, aos quais ninguém ousa reagir, tem destruído qualquer possibilidade de juntar-se com aqueles aos quais incumbe o tremendo dever de acusar, de defender, de julgar” (*As Misérias do Processo Penal*, 1995 – grifos nossos).

No final do ano passado, Daniela Toledo Prado, moradora da cidade de Taubaté, foi o alvo da vez.

A grande mídia, sem oscilar, valendo-se de sites, rádio e TV – lógico, esta última antes da novela, para dar um ar de pré-espetáculo – publicou noticiário fundado em suspeita da polícia, de que Daniela havia introduzido cocaína na mamadeira da filha, acarretando a morte da criança.

Conduzida à cadeia de Pindamonhangaba, Daniela foi linchada por 19 presas e teve o maxilar quebrado (não vem ao caso, mas será que as agressoras assistiram ao jornal noticiando tamanha barbárie, ou os próprios guardas e monitores se encarregaram de difundir a notícia?).

Decorridos quase 37 dias, presa e sofrendo tanto pela perda do filho quanto pelas lesões que lhe restaram após o espancamento, saiu o laudo oficial do Instituto Médico Legal, con-

continua na página ao lado

indícios de cocaína no corpo da criança.

Caso vivêssemos no período inquisitorial ou legitimássemos a pena de morte, a mídia já teria se incumbido de atear fogo ou levar essa moça à cadeira elétrica.

Pois bem. E agora? Qual será o desfecho do espetáculo? Como reparar os prejuízos causados?

É, nem tudo se repara com dinheiro! Principalmente quando privada de velar o corpo da filha. Não é possível reparar o constrangimento sofrido durante esses 37 dias de prisão, que pareceram eternos.

É necessário discutirmos o que é “interesse público” e quais interpretações estão sendo dadas ao artigo 93, IX, da Constituição de 1988, que determina que “*todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão*

públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”.

E como garantir, no mesmo diapasão, os direitos personalíssimos do homem, artigo 5º, inciso X, pelo qual “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”, também consagrado e previsto em nossa Carta Política?

Com efeito, inexistente qualquer pretensão de restringir a publicidade dos atos processuais. Pelo contrário: a publicidade popular garante cada vez mais a se-

gurança da ordem jurídica, evitando quaisquer tipo de favorecimentos e inibindo a ocorrência de ilícitos. Mas há uma tremenda necessidade de evitarmos os excessos por parte da imprensa e exigir-lhes um pouco mais de cautela em seus noticiários, pois o processo penal, por si só, já acarreta, para qualquer acusado, a má-fama.

No estado democrático, os direitos inerentes aos cidadãos não podem e nem devem ser sacrificados e rebaixados em face dos interesses dos grandes detentores dos meios de comunicação.

Eduardo Samöl Fonseca é aluno do 3.º ano do Curso de Direito (PUC-SP)



EVENTO

Haiti é tema de fórum na PUC-SP

Começa nesta segunda-feira, 12/3, o 4.º Fórum Internacional Sobre o Haiti: *Haitiando aqui, Revolução, Repressão e Resistência*. O evento se estende até 31/3, sob a coordenação do professor Adilson José Gonçalves, do Departamento de História, e organização da APROPUC, ACI (Assessoria Comunicação Institucional), Museu da Cultura, Núcleo de Hiperídia, NTC, Reitoria e diversas entidades.

Haitiando Aqui visa mostrar que, em meio aos tortuosos caminhos entre África e América, o Haiti pode ser visto como um

marco do sincretismo religioso e da resistência popular à lógica perversa do capital e dos jogos políticos internacionais. Com essa proposta, o fórum contará com diversos debates, mostras de filmes, fotografia e apresentações artísticas.

Estarão presentes estudiosos, professores, ativistas, artistas e intelectuais como Bader Sawaia, Firtó Régis, Alejandro Buenrostro, Victor Chirinos, Lavorio Seifas, Carmen Sáez, Edgar Perez Rueda, José Pereira, Brígida Rodrigues, Antônio Rago, João Peschansky,

Camille Chalmers, Daniel Zanini, Jean Gardy, Jean Pierre, Mãe Sandra, Vera Lúcia Vieira, Fabiano Maisonnave, Vidal Calvalcanti, Matilde Maria Almeida, Matilde Maria Moreira, Frei David, Jean Molière Elarion, Matilde Ribeiro, Lúcia Skromov, Stela Graciane, Carlos Trejo, Liliana Zayas Diaz, Wilson da Silva Maia, Luiz Gonzaga da Silva, José Rainha, Angelis Córdoba, Eladio Saravia e Inmaculata Nervil. Informações: 3532-4460. A programação completa está na página www.pucsp.br.

Rola na rampa

Demissões na Volkswagen

Na noite de 16 de fevereiro de 2007, às vésperas do carnaval, a Volkswagen do Brasil demitiu da fábrica de São Bernardo do Campo o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rogério Cerqueira Romancini. Em novembro de 2006, a empresa já havia demitido outro diretor do sindicato, conhecido pelos trabalhadores como Biro-Biro. A APROPUC tomou conhecimento da demissão de Rogério, considerando-a como mais uma arbitrariedade da Volkswagen. Além de pisotear a liberdade sindical, a multinacional apresentou um plano de demissão em massa de operários, que só agrava o quadro de desemprego e a crise social. Neste sentido, a APROPUC enviou moção de apoio ao Sindicato, exigindo a imediata reintegração dos dirigentes afastados.

Novas ações pelos presos políticos

Nesta segunda-feira, 12/3, o Comitê em Defesa da Democracia e Pela Liberdade dos Presos Políticos reúne-se na sede da APROPUC às 18h, para discutir novos encaminhamentos na luta pela soltura de Marcelo Buzzeto, Benedito Cardoso (Magrão) e outros presos políticos do MST. O abaixo-assinado pedindo a liberdade desses militantes foi lido e discutido no lançamento da Revista *PUCviva*, na quarta-feira, 7/3, recebendo a adesão dos presentes ao ato. O texto pode ser encontrado na sede da APROPUC (Rua Bartira, 407, ao lado da PUC-SP).

Cacs realiza assembléia de curso

O Centro Acadêmico de Ciências Sociais realizou na quarta-feira, 7/3, uma assembléia dos cursos de Geografia, Ciências Sociais e História. Os estudantes discutiram a questão dos inadimplentes, a contestada reforma curricular do curso de História, a precária situação das salas e laboratórios e a carta feita pela Reitoria sobre as festas dentro da PUC-SP. Um documento sobre os problemas colocados foi encaminhado à Reitoria e aos Departamentos. Haverá uma paralisação na quinta-feira, 15/3, com uma aula pública já marcada, além de atividades lúdicas diversas ao longo da semana.

Bolsas preocupam estudantes e funcionários

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) limitou as possibilidades de oferecimento de bolsas e negociação de inadimplências. No início do mês, o Comitê de Gestão de Inadimplência reuniu-se extraordinariamente e não trouxe boas notícias para bolsistas e inadimplentes. Segundo Célia Forghieri, assessora da Vice-Reitoria Comunitária, o Comitê estudou caso a caso e, como a TAC proíbe a

concessão de novas bolsas, os pedidos de parcelamento de dívidas com valores considerados baixos foram aceitos, mas o aluno só poderá voltar a freqüentar as aulas quando liquidar o débito. Já para os funcionários, a professora esclareceu que a Convenção Coletiva é a referência básica, e que muitos deles têm reprovações que impedem a seqüência de seus cursos.

Julgamento do Acordo dos funcionários já tem data

Acontece nesta quinta-feira, 15/3, às 13h, no Tribunal Regional do Trabalho, o julgamento do Acordo Interno dos funcioná-

rios. A AFAPUC reivindica a manutenção do acordo denunciado pela Fundação São Paulo em abril de 2006.

APROPUC organiza ato em defesa do Iraque

Neste mês, a ocupação do Iraque completa seu quarto ano. A APROPUC realizará um ato na terça-feira, 20/3, às 19h, na sala 239, e conclama toda a comunidade a participar da campanha pelo fim da guerra e pela retirada das tropas americanas do solo iraquiano.

Caminhada no centro de São Paulo

No próximo domingo, 18/3, o Clube da Caminhada vai fazer um passeio diferente. Desta vez, a rota passa pelo centro de São Paulo, numa caminhada das 9 às 13h, que passará pelas principais obras do

Professor, atualize seu endereço eletrônico

Professor, caso você não esteja recebendo as comunicações da APROPUC, atualize o seu endereço eletrônico junto à entidade através do endereço apropuc@uol.com.br.

arquiteto Ramos de Azevedo. O custo é de R\$ 5, que serão doados para o cursinho Foco, da Pastoral Universitária da PUC-SP. Informações e inscrições no PAC (sala 63-G, térreo do Prédio Novo).